



## TRIBUNAIS

# Advogados de Contencioso antecipam “grande aumento” dos processos

José Carlos Soares Machado, presidente deste Círculo, antevê subida nos litígios relativos a contratos de arrendamento.

**MARIANA BANDEIRA**  
mbandeira@jornaleconomico.pt

O novo coronavírus levou ao adiamento cerca de 50 mil diligências em todo o país, mas a enxurrada de processos judiciais está ainda por chegar. O presidente do Círculo de Advogados de Contencioso acredita que se assistirá a um “grande aumento” da litigiosidade nos próximos meses e defende o maior investimento em recursos humanos para os tribunais e uma redução de 15 dias nas férias judiciais, este ano a título excecional.

“Há muita gente que nesta altura tinha as decisões de propor ações já tomadas e devido às circunstâncias suspendeu-as, mas vai tomá-las daqui a um mês, o que causa uma duplicação ou mais no número de decisões de acionar e no de providências cautelares”, explica José Carlos Soares Machado, em entrevista ao Jornal Económico, esclarecendo que desentendimen-

to entre as partes será sobretudo devido a contratos de arrendamento ou mesmo qualquer relação contratual “menos regulada”.

Em relação aos últimos dois meses, o advogado relativiza o número de adiamentos. “É realmente muito, mas se tivermos em conta o número de processos que temos, acima de milhão... Agora o que é preciso é pensar nesta nova que se avizinha: o que temos fazer para recuperar o tempo perdido e retirarmos alguma lição e fazermos modificações absolutamente necessárias”, garante.

E, afinal, que ensinamento deram o Estado de Emergência e as restrições à circulação nas últimas semanas? O conceito de um dos traços identitários que os advogados sempre apregoaram – o da proximidade ao cliente – deverá ter “mudado bastante”, tornando-se mais digital sem se dissipar. Na sua opinião, o principal foi o teletrabalho na advocacia ter funcionado bem em grande parte dos casos,



**JOSÉ CARLOS SOARES MACHADO**  
Presidente do Círculo de Advogados de Contencioso e sócio da SRS

“Não sou contra a celeridade, mas não podemos obrigar os magistrados a acelerar as decisões sem o tempo de ponderação necessário”

pelo que veio para ficar, quer para reuniões com clientes que em diligências judiciais. Ainda assim, admite que nesta rotina é mais difícil analisar documentos que o cliente traga ou organizar reuniões com mais do que quatro pessoas.

José Soares Machado afirma que devia ser possível que todas as que não envolvessem a participação de terceiros (testemunhas ou peritos, por exemplo) pudessem ser realizadas em videoconferência. “Sei que há uma proposta de lei a estabelecer esta regra abrangendo as audiências de julgamentos, mas aí eu discordo – e acho que a maioria dos advogados também”, diz.

Há, pelo menos, duas razões para esse desacordo: o interrogatório a testemunhas pode ficar comprometido se não for feito pessoalmente e a gravação da audiência nas plataformas tecnológicas acarreta riscos de acessos indevidos. “Já para não falar nos problemas técnicos. Infelizmente, já assisti. Quando as testemunhas ficam mais atra-

palhadas a ligação cai. Encontram-se expedientes para o contrainterrogatório”, conta o sócio da SRS Advogados. “É muito cedo para, sem uma reflexão profunda, passar da noite para o dia com o uso da teleconferência”, realça.

O plano de desconfinamento apresentado pelo primeiro-ministro não fez referência à justiça, mas a ministra Francisca Van Dunem disse que a reabertura deverá ocorrer ainda este mês, por via de “dois moldes” (atos presenciais obrigatórios e à distância). “Achei surpreendente não haver logo indicação de medidas. É de todo o interesse fazer uma entrada gradual, para nos podermos aperceber das falhas que vai haver e para que os serviços de apoio tenham capacidade de as cobrir”.

A crise pandémica levou igualmente o evento anual do Círculo de Advogados de Contencioso, que costuma realizar-se no Hotel Palácio Estoril em julho, a ser adiado para o início do próximo mês de outubro. ●



ifthenpay

Referências Multibanco para a sua empresa  
www.ifthenpay.com



PUB

Nº 2040 | 8 maio 2020



O Jornal Económico

www.jornaleconomico.pt

Diretor Filipe Alves | Diretor Adjunto Shrikesh Laxmidas | Subdiretor Leonardo Ralha  
Diretor de Arte Mário Malhão | Preço €3,20 (continente) | Semanário, sai às sextas

# Pandemia custa 25 mil milhões aos cofres do Estado

As medidas de resposta à Covid-19 têm, até ao momento, um custo que ascende a 11,8% do PIB, segundo o Programa de Estabilidade aprovado ontem em conselho de ministros. Moratórias e regime de *lay-off* representam maiores fatias. ● P3

# “Palavra-chave é resiliência”, diz CEO da EDP após disparo no lucro

Energética registou subida de 45% no lucro líquido do primeiro trimestre para 146 milhões ● Última

**ECONÓMICO MADEIRA**  
Pedro Calado defende regime fiscal próprio para relançar economia regional ● P2

**ADVISORY**  
Advogados de Contencioso esperam “grande aumento dos processos” ● P26

**EMPRESAS**  
Bancos tentam fechar venda do “rei dos cogumelos” esta semana  
Novo Banco e Crédito Agrícola são os maiores credores e querem que a escritura se faça rapidamente ● P22

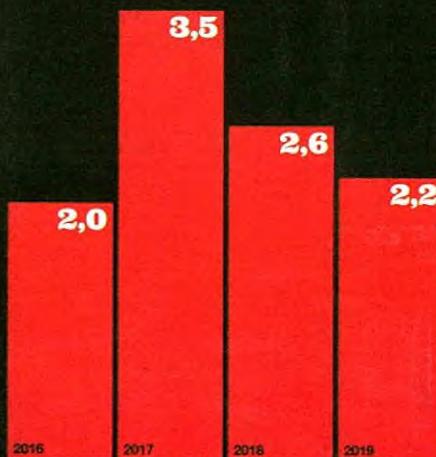
## ET CETERA

### QUANDO A CRISE OBRIGA A FECHAR AS PORTAS (PARA SEMPRE)

A Covid-19 vai deixar uma crise inédita no seu trilha, diferente da Grande Depressão, da bolha das dotcom ou da Grande Recessão. É cedo para perceber quais e quantas empresas irá condenar. ● P7

PRIMEIRA MÃO

# Recuperação portuguesa está refém da Europa



EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DO PIB EM PORTUGAL [variação em %]

Bruxelas antecipa queda de 6,8% da economia portuguesa este ano e prevê recuperação em 2021. Economistas ouvidos pelo JE defendem que retoma dependerá da evolução dos outros países europeus. ● BCE e Constitucional alemão travam braço de ferro que poderá abalar a União. ● P4 e 5

ENTREVISTA

## “Temos de vender o imobiliário antes de termos de o provisionar”, diz CEO do Novo Banco

Depois de ter vendido a Herdade dos Pinheirinhos em plena crise da Covid-19 por cerca de 60 milhões, o Novo Banco quer vender 430 milhões em imóveis este ano, diz António Ramalho. ● P18-19



António Ramalho  
CEO do Novo Banco

POLÍTICA

## Partidos da direita colocam Ministra da Saúde na ala “mais à esquerda” do Governo

Líderes do Chega e da Iniciativa Liberal juntam Marta Temido a Pedro Nuno Santos como expoentes de uma “visão mais coletivista” e de um “neomarxismo com ramificações no Executivo”. ● P11



Marta Temido  
Ministra da Saúde

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PORTO

## “Medidas de apoio à economia são insuficientes”, diz presidente da ACP ● P8

TRANSPORTES PÚBLICOS

## Rodoviárias estão a perder 60 milhões de euros por mês devido aos efeitos da Covid-19 ● P6 e 7

PUB

LINHA EY PANDEMIA  
ey@pt.ey.com